



CULTURA AVALIATIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE GESTORES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Laura Alves de Souza

Universidade Federal do Ceará
laura@ufc.br

Wagner Bandeira Andriola

Universidade Federal do Ceará
w_andriola@ufc.br

Introdução

Apresentaremos neste texto a pesquisa em andamento sobre a Cultura Avaliativa na Universidade Federal do Ceará tendo como base as representações sociais dos gestores das unidades acadêmicas dos *campi* de Fortaleza que participaram do Ciclo de Avaliação Institucional 2005/2006.

Nesta perspectiva, partimos de duas premissas: (i) observamos, durante a elaboração da Monografia de Especialização, que as representações sociais da comunidade UFC sobre avaliação tinham uma ligação muito forte com a cultura avaliativa; (ii) com fundamentado no Relatório Final de Auto-Avaliação Institucional da UFC (2006), destacamos outro fator importante, através da confirmação da hipótese de que o apoio do gestor da unidade acadêmica e a antiguidade da CPA têm associação direta com a qualidade de atuação da referida comissão e com a cultura avaliativa através do nível de participação da comunidade interna em cada unidade acadêmica.

A base teórica deste estudo apóia-se em três categorias: *avaliação institucional, cultura e representação social*.



A construção da categoria avaliação institucional pretende analisar, a partir do SINAES, o atual momento histórico da política de avaliação institucional no Brasil e na UFC.

A cultura se propõe a estudar o processo de aculturação da avaliação institucional da UFC, suas características, representações, manifestações, participação dos atores envolvidos, sensibilização da comunidade interna, sistema de informações.

O estudo sobre representação social visa fazer uma análise dos conceitos, das concepções, enfim, das representações sobre avaliação institucional nas respectivas unidades acadêmicas a partir da visão de seus gestores.

Sinaes: o Atual Momento Histórico da Avaliação Institucional no Brasil

A estrutura e legislação da avaliação institucional da educação superior no Brasil são estabelecidas pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A proposta original do SINAES foi apresentada pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA) em agosto de 2003 tendo como título SINAES: bases para uma proposta de avaliação da Educação Superior. De acordo com Ristoff (apud INEP, 2007, p. 11) está implícito no subtítulo a idéia de que o texto não era uma proposta pronta, acabada, mas a base, o ponto de partida para a construção de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SINAES constitui três procedimentos avaliativos: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALLIES) constituído da Auto-avaliação e da Avaliação Exter-



na; a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Uma concepção central de avaliação, segundo o INEP (2007, p. 89) deve assegurar coerência conceitual, epistemológica e prática através de princípios, critérios, pressupostos e premissas que lhe fundamentam para operacionalização dos processos. Nesse sentido, o SINAES tem como princípios:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior.
- Reconhecimento à diversidade do sistema.
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições.
- Globalidade institucional.
- Continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional.
- Regulação não com um fim em si mesma, mas articulada a uma avaliação formativa e construtiva.

Uma das críticas mais constantes às práticas avaliativas vigentes nos últimos anos é o uso de instrumentos isolados que, conduzem a uma visão parcial e fragmentada da realidade não dando conta da riqueza e da complexidade da educação. Isso requer a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias (INEP, 2007, p. 88).

Tomando como referência atual o SINAES, percebemos que ele é um sistema de avaliação que combina regulação e avaliação da educação superior. Porém, em relação aos programas anteriormente vigentes (PAIUB-1993, ENC-1995), o SINAES traz uma mudança



de paradigma, principalmente no que diz respeito ao conceito de avaliação (formativa), à articulação dos diversos instrumentos avaliativos, participação de todos os sujeitos envolvidos (discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos, sociedade civil) e ao conceito de educação superior, a qual não se limita ao ensino, mas à educação em suas dimensões técnicas, éticas, políticas e filosóficas.

Cultura e Representação Social

Ao considerar a participação de todos os sujeitos envolvidos pelo cotidiano universitário e a adesão voluntária para as instituições, a proposta do SINAES se coloca como um instrumento democrático que valoriza a participação de todos e estimula a construção de uma cultura de avaliação.

O conceito de cultura adotado neste trabalho está de acordo com Morgan quando a define como:

[...] Uma forma muito desenvolvida de prática social, influenciada por muitas interações complexas entre pessoas, situações, ações, circunstâncias. Embora possa ser vista como um padrão visível refletindo um costume, crença, histórias, rituais, normas, este padrão é apenas uma abstração imposta pela cultura a partir do exterior que ajuda o observador a dar sentido ao que está acontecendo na cultura, mas não é sinônimo da experiência da cultura em si mesma. (1996, p.143)

A cultura vista apenas como um conjunto de variáveis distintas como crenças, normas, rituais, é uma visão mecanicista e dá a idéia de que esta pode ser manipulada de maneira instrumental. Segundo Morgan (1996,



p.143), a difusão da cultura ocorre de maneira holográfica, ou seja, não leva ao controle direto por nenhum grupo de indivíduos em particular.

A definição de cultura de acordo com Morgan não admite a idéia de que esta possa ser manipulada de maneira instrumental. Esse tipo de visão mecanicista é característico de perspectivas que defendem a administração da cultura. Os gestores podem até influenciar a evolução da cultura através de suas representações simbólicas e tentar promover valores desejados. Compreender a cultura de uma instituição pode abrir os olhos para algumas descobertas, mas isso não oferece uma receita na resolução dos problemas. Pode-se até usar algumas variáveis culturais para obter determinados resultados, mas nunca administrar a cultura em si.

Tomando como base o conceito de Morgan (1996) que “cultura é representação e não obediência a regras,” procuramos entender o que é representação social e como se dá essa relação entre cultura e representação.

Spink (1993) define representações sociais como modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Elas se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Desse modo, as representações são fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, tem que ser entendida a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.



Método a Ser Empregado na Pesquisa

A base empírica desta investigação será aplicada na Universidade Federal do Ceará, mais especificamente nas unidades acadêmicas dos *campi* de Fortaleza que participaram do ciclo de Avaliação Institucional 2005/2006. Utilizaremos como sujeitos da pesquisa os gestores que estavam na administração na época em que foi realizada a Auto-Avaliação da UFC, ou seja, os diretores do Centro de Humanidades, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Ciências, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Tecnologia, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), Faculdade de Medicina, para apreender como eles vêem a avaliação institucional na UFC, que representações sociais existem sobre avaliação, qual o envolvimento e o grau de conhecimento sobre o assunto.

Pela especificidade deste estudo que se trata de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, utilizaremos o método indutivo, através do qual faremos uma análise do particular para o geral, das representações dos gestores para realidade UFC.

Como instrumento mais adequado a presente pesquisa utilizaremos o questionário e a entrevista semi-estruturada. Em um primeiro momento os questionários serão distribuídos e após a devolução, em um segundo momento, serão realizadas entrevistas a partir dos questionários respondidos pelos gestores. Indagaremos sobre avaliação institucional, cultura avaliativa e representação social, tendo como base o contexto UFC. Para evitar perda de informações, as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, propiciando a oportunidade de várias análises onde serão confrontadas as categorias



elaboradas teoricamente com as representações dos respondentes, enfim, articulações entre o referencial teórico e as questões levantadas pela pesquisa.

Considerações Finais

No Brasil, mesmo com a abertura política caracterizada pela redemocratização, há certo desgaste em relação à credibilidade dos processos avaliativos. A gênese deste descrédito pode estar relacionada com a reflexão de Fernandes (2000) quando diz que as experiências de avaliação institucional no país, quase sempre, parecem ter sido marcadas por certa verticalidade.

Acrescentamos, ainda, a concepção política que está por trás do ato de avaliar. Gadotti *apud* Andriola (2005, p.112) diz que seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico. Ela é também uma questão política. Avaliar pode constituir um exercício autoritário do poder de julgar, ou ao contrário pode constituir um processo em que avaliador e avaliado buscam uma mudança qualitativa. Neste sentido, a avaliação não é neutra: Avaliar o que, para que e para quem?

Tomando como base o conceito de Morgan (1996) que cultura é representação e não obediência a regras, somente quando algo faz parte do cotidiano de maneira espontânea, costumeira, é que se torna cultura. Nesse sentido, percebemos que na UFC ainda não existe uma cultura de avaliação consolidada com a participação de todos os atores envolvidos, mas acreditamos que um processo sistemático (regular), iluminador (gera novos conhecimentos) e indutor (gera novos comportamentos) seja capaz de sensibilizar a comunidade universitária e criar uma sólida cultura de avaliação.



A definição de cultura trabalhada por Morgan não admite que esta possa ser manipulada de maneira instrumental, não se administra cultura, portanto, quando se fala em “criar uma cultura de avaliação”, fala-se em trabalhar algumas variáveis culturais capazes de sensibilizar a comunidade universitária a participar e legitimar o processo avaliativo da instituição. Dessa forma, o processo de auto-avaliação da UFC, primeira etapa da Avaliação Institucional, trabalhou com instrumentos sócio-educativos como informações à comunidade através do site da UFC, palestras em eventos acadêmicos e congressos (II Congresso Internacional de Avaliação), reuniões para divulgação dos relatórios parciais abertas ao público, questionários eletrônicos direcionados a discentes, docentes e técnico-administrativos, concurso para escolha da logomarca da Avaliação Institucional da UFC, campanha de marketing para divulgar a avaliação na universidade através de cartazes, folders, camisetas, adesivos, placas de homenagem e agradecimento, enfim, atividade para sensibilizar e mobilizar os atores envolvidos, ocasionando maior participação e engajamento democrático. Porém, a participação da comunidade universitária ainda não é massiva, resta aos avaliadores e as Comissões Próprias de Avaliação a árdua e desafiadora tarefa de dar continuidade ao processo avaliativo, inventando e reinventando novas formas capazes de envolver a universidade como um todo num processo de consciência institucional acerca da avaliação.

Quanto aos resultados da pesquisa, salientamos que este estudo se classifica como um projeto iniciado o qual ainda está em andamento, não tendo, no momento, apresentação de resultados que corroborem, ou não, para os objetivos propostos. Estamos em fase de pesquisa bibliográfica e elaboração de instrumentos para pesquisa



de campo, sobre o qual realizaremos um pré-teste para calibrar o respectivo instrumento, e apresentar o andamento da pesquisa em processo de qualificação até o final do mês de novembro.

Bibliografia

ANDRIOLA, W. B. (Org.). **Avaliação: múltiplos olhares em torno da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2005.

_____. Evaluación: la vía para la calidad educativa. Ensaio. **Avaliação e políticas Públicas em Educação**, v. 7, n. 25, p. 355-368, 1999 a.

BALZAN, N. & SOBRINHO. J. **Avaliação institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 1995.

BARBOSA, L. **Cultura e empresas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

BELLONI, I. et al. In: DIAS SOBRINHO e BALZAN, N.C. **Avaliação institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. [s.l: s.n.], 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Sobre a proposta do “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas- São Paulo, UNICAMP, v. 9, mar. 2004.

FERNANDES, M. E. A. **Avaliação institucional da escola: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza: UECE, Fundação Demócrito Rocha, 2001.

FLEURY, M. T. L., et al. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.



LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: HARBRA, 1987.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. Tradução Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Projeto para auto-avaliação institucional da UFC. Disponível em: <http://www.ufc.br/porta1>. Acesso em: mar. 2008.

RISTOFF, D. I. O desafio de avaliar. **Revista Universidade Pública**, ano IV, n. 27, jul/ago., 2005.

_____. Avaliação institucional: pensando princípios. In: BALZAN, N. & SOBRINHO, J. **Avaliação institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Roteiro de auto-avaliação institucional**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Brasília: INEP, 2007. (Versão Atualizada).

BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Legislação e normas da educação superior**. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior_institucional/legislacao.htm. Acesso em: jun. 2008.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Jul. / Sept., 1993.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.